

A PALAVRA DE SPINOZA EM LÍNGUA PORTUGUESA

André Santos Campos

Ifilnova, Nova Institute of Philosophy
Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

A problemática da “recepção” de um filósofo raras vezes se focaliza nos meios por que o filósofo enquanto autor adentra na cultura de uma língua distinta daquela em que escreveu. No caso de Spinoza, nativo de um idioma muito similar ao português, a problemática adensa-se dado apenas ter começado a ser traduzido para português a partir do segundo quartel do século XX. O presente artigo contém um breve inventário das traduções já realizadas dos textos de Spinoza para português e aborda alguns dos problemas aí suscitados. Não sendo dada preferência a nenhum método específico de traduzir Spinoza para português, a ênfase será colocada na “intradutibilidade” de alguns conceitos-chave no contexto do spinozismo contemporâneo.

Palavras-chave: Spinoza; traduções; português; intradutibilidade.

Spinoza's word in Portuguese language

Abstract:

Debates about how a philosopher is received in a given culture seldom focus on the means by which his/her philosophical texts are translated. With regard to Spinoza, who was a native speaker of a language very similar to Portuguese, this silence is even more troubling given the fact that his texts only began being rendered into Portuguese in the XXth century. This paper contains a survey of the Portuguese translations of Spinoza's texts and discusses some of the problems inherent in them. Even though it will not take a stand in favor of a specific method for translating Spinoza, it will try to establish that some key-concepts in Spinoza's system are untranslatable, and that they are already treated as such by contemporary spinozists.

Keywords: Spinoza; translations; Portuguese; untranslatable.

1. A problemática da “recepção”

Numa das suas respostas epistolares a Willem van Blyenbergh, datada de 5 de Janeiro de 1665 e escrita em língua neerlandesa, Spinoza alude ao seu idioma nativo: "Eu preferiria haver escrito na língua em que fui educado; talvez assim conseguisse expressar melhor os meus pensamentos."¹

Muito se há especulado sobre que língua será esta, sabendo-se com certeza apenas que se não trata do neerlandês. Alguns autores tendem para o latim², outros para o castelhano³, outros para o hebraico⁴, e muitos, fazendo fé na educação sefardita do filósofo, para o português⁵. Esta tentativa de conectar a via do pensamento de Spinoza à língua portuguesa chega até a recorrer a expressões idiomáticas presentes nos seus textos⁶, mesmo que do seu punho não haja sobejado uma única palavra em português nem se consiga encontrar uma de relevo em toda a sua biblioteca pessoal⁷. Não obstante as origens lusitanas dos seus ascendentes, o mais provável será referir-se Spinoza nesta carta ao judaico-português, o vernáculo mais habitual entre os judeus sefarditas refugiados em Amesterdão, com influências do ladino (ou judaico-espanhol, uma língua muito próxima do castelhano), do português e do hebraico.

É no mínimo curioso que esta proximidade de Spinoza à língua portuguesa haja sido negligenciada até muito recentemente pela cultura em língua portuguesa. Mesmo um vislumbre rápido pelo índice deste volume demonstrará que, salvo no respeitante a autores contemporâneos especializados na leitura dos textos originais, como Marilena Chauí ou Diogo Pires Aurélio, a "presença de Spinoza na cultura de língua portuguesa" é afinal apenas indireta (e durante séculos simplesmente uma não-presença), por meio de quem o invoca ou a algumas das suas ideias, muitas vezes sem o haver lido. Decerto não haverá necessidade estrita de se aceder às próprias palavras de um autor, sobretudo quando filósofo, para se poder afirmar que algo desse autor foi "recebido", quer pela gradual

¹ "Ik wenschte weld at ik in de taal, waarmeeik op gebracht ben, mocht schryven. Ik sow mogelyk myngedaghten erkonn enuyt drukke", Spinoza, *Ep. XIX*, in *Opera quot quo treperta sunt*, ed. J. Van Vloten e J.P.N., Den Haag, Martinus Nijhoff, 1914³, vol. III, p. 69.

² Seeligmann (1933).

³ Copleston (1958), p. 205.

⁴ Wolfson (1934), vol. I, p. 11; Levy (1985), p. 352.

⁵ Apenas a título de exemplo, v. Gebhardt (1921); Parkinson (1993); Nadler (1997), p. 47; Spinoza, *Complete Works*, trad. Samuel Shirley, Indianapolis, Hackett, 1998, p. 810, nota; Goldstein (2006), p. 76.

⁶ V. Bento de Espinosa, *Ética*, Lisboa, Relógio d'Água, 1992, pp. 191-193, onde Joaquim de Carvalho tenta demonstrar que Spinoza falava em português por recorrer à expressão *nec per somnium cogitant*, locução que supostamente surge como tradução literal da expressão popular portuguesa "nem por sonhos lhe passa pela cabeça".

⁷ Cf. *Inventaire* (2003).

tomada de conhecimento de algo que se lhe remonte, quer pela reflexão ou eventual assimilação desse algo. Os estudos explorando a recepção de Spinoza em Portugal ou outros países⁸ são disso prova. Mas não é fácil igualmente assimilar a tese de que haja *presença* de um autor na cultura de uma determinada língua, demais uma tão próxima daquela em que ele terá pensado e sido educado, se o que ele efectivamente escreveu ou não chegou a ser lido ou, sendo lido, o não terá sido na língua de partida (latim) nem na língua de chegada (português).

Com efeito, as iniciais reacções de silêncio, repúdio e simpatia com reservas que caracterizam as atitudes da cultura em língua portuguesa face a Spinoza até ao início do século XX ocorrem todas por mediação. O que se sabia sobre Spinoza em português até meados do século XIX tinha por fonte obras de críticos à noção de substância que se lhe atribuía e ao seu pretenso panteísmo. As referências presentes em obras de Manuel de Azevedo Fortes, Luís António Verney ou José Mayne⁹ têm origem decerto no verbete sobre Spinoza escrito por Pierre Bayle no seu *Dictionnaire historique et critique* (1697); e mesmo a abordagem de Spinoza no século XIX por José Agostinho de Macedo, Pedro de Amorim Viana, o jovem Camilo Castelo Branco ou Inocêncio Francisco da Silva¹⁰ parece depender exclusivamente da leitura da biografia escrita por Jean Colerus.

Do que se indicia, não houve falantes de língua portuguesa lendo Spinoza até ao início do século XX, quando autores como António Sérgio e sobretudo Joaquim de Carvalho tomaram contacto com os seus textos, quer em impressões das *Opera posthuma* quer em traduções (em especial, francesas)¹¹ que por essa altura circulavam. A confiar nas palavras de um filósofo para quem o saber por ouvir dizer é o mais inadequado dos modos de conhecer, poder-se-á até afirmar apropriadamente que não há spinozismo relevante para a cultura em língua portuguesa até esta data, asserção que até certo ponto contrasta com as tentativas de realçar a consonância entre alguns aspectos do pensamento de Spinoza e um

⁸ Abreu (1999); quanto a outros países, mormente Alemanha, França e Inglaterra, v. a súmula em R.H.M. Elwes, “Introduction”, in Spinoza *The Chief Works of Benedict de Spinoza*, trad. R.H.W. Elwes, vol.I, New York, Dover, 1951, pp. v-xxxiii.

⁹ Fortes (1744); Verney (1950); Mayne (1778).

¹⁰ Macedo (1815); Viana (1866); Roselly de Lorgues (1852); Silva (1868).

¹¹ São de especial relevo Spinoza, *Oeuvres completes de B. de Spinoza*, trad. J.-G. Prat, Paris, Librarie de L. Hachette, 3 vols, 1863; Spinoza. *Éthique*, trad. Henri de Boulainvilliers, Paris, Librarie Armand Collin, 1907; Spinoza. *Éthique*, trad. Raoul Lantzenberg, Paris, Ernest Flammarion, 1907. A título de exemplo, as duas últimas faziam parte da biblioteca pessoal de António Sérgio.

suposto carácter de lusitanidade¹². E mesmo o spinozismo cuja recepção consiste desde logo na leitura dos textos de Spinoza parece confinar a sua atenção à *Ética*, levando a que se identifiquem como sinónimas as expressões “Spinoza” e “autor da *Ética*”.

A história do acesso da cultura de língua portuguesa ao spinozismo é assim acidentada, dados os diferentes graus de mediação que começam por constituí-la. Desde o conhecimento por interpastos textos, como os verbetes de dicionário e as biografias, passando por traduções estrangeiras muitas vezes afectadas por interpretações preconcebidas e cuja fidelidade ao latim é difícil de mensurar, e terminando na circunstância de algumas das primeiras tentativas de verter para português os textos de Spinoza consistirem em traduções de traduções – todo esse caminho por que Spinoza se vem a expressar em língua portuguesa, que é afinal o da história das traduções dos seus textos para português, é incontornável na averiguação da sua presença nessa cultura idiomática. Em última análise, a relação entre o filósofo e o pensamento envolve a importância da relação do filósofo com o seu texto, pois é aí que ele se torna autor e onde o seu pensamento se justifica na viragem para culturas de diferente expressão idiomática – não há “recepção” que valha sem este aspecto primordial.

2. História das traduções de Spinoza para língua portuguesa

Como seria expectável, a publicação das primeiras palavras de Spinoza em língua portuguesa revela-se por meio da *Ética*. Embora não datada, surge a primeira tradução integral da obra no Brasil por volta de 1937, pela mão de Lívio Xavier.¹³ Esta tradução, publicada pela editora Athena, situada no Rio de Janeiro, havia sido encomendada a Lívio Xavier alguns anos antes mais pela sua experiência de tradutor do que pelo seu spinozismo e academismo (que em rigor não lhe eram próprios). A avaliar pela biblioteca pessoal de Lívio Xavier, onde se incluem traduções alemãs e inglesas da *Ética*, mormente as edições de Ernst Reinhardt e de Andrew Boyle¹⁴, é provável que a língua de partida não haja sido o latim mas uma mescla de diferentes idiomas disponíveis ao tradutor, em especial o alemão, língua mais acessível a Lívio Xavier consoante o demonstra a sua tradução da *Encyclopédia* de Hegel. Neste sentido, o interesse de publicar Spinoza em português não terá sido alheio

¹²Exemplo de tais tentativas encontram-se em Carvalho (1992); Silva (1988); e, mais estranhamente, elaborando uma aproximação entre Spinoza e Salazar no respeitante à coerência entre o modo de vida e o pensamento enquanto traços de portugalidade, Chevalier (1961), vol. 3, 1961, pp. 270-321.

¹³ Spinoza, *Ethica*, trad. Lívio Xavier, Rio de Janeiro, Athena, s.d.

¹⁴ Cf. Barbalho (2003).

à presença na Universidade de São Paulo, nos anos 30, de professores tão influentes no estudo da filosofia moderna como Martial Guérout e Victor Goldschmidt, os quais deixaram no emergente sistema de ensino universitário brasileiro o germen de um método em que o contacto com o texto filosófico assume uma grande importância.

É porém ao primeiro genuíno leitor de Spinoza nativo da língua portuguesa, Joaquim de Carvalho, professor da Universidade de Coimbra, que se deve a publicação de Spinoza em português no âmbito de trabalhos académicos. Em 1950, sai à estampa a sua tradução da parte I da *Ética*, acompanhada de extensa introdução apresentando o enquadramento conceptual da metafísica que sustenta o sistema spinozano.¹⁵ A tradução resulta de uma inserção do próprio Joaquim de Carvalho na comunidade de spinozistas da primeira metade do século XX (por exemplo, chegou a ser moderador da *Societas Spinoziana*, na Haia) e dos diálogos aí empreendidos com autores como Carl Gebhardt, Léon Brunschvicg ou Victor Delbos, e expressava a intenção de vir a ser o primeiro volume de uma coleção de primeiras traduções portuguesas de clássicos de filosofia, ao jeito da Biblioteca Filosófica da editora Félix Meiner, célebre na altura.¹⁶ Esta tradução, cujos trabalhos preparatórios se estenderam desde 1928, consoante confessa numa carta a Alfredo Pimenta¹⁷, inaugurou na entretanto extinta editora conimbricense Atlântida a coleção Biblioteca Filosófica dirigida pelo próprio Joaquim de Carvalho (e mais tarde por Sílvio Lima após a sua morte) a qual incluía no programa inicial traduções de obras de Aristóteles, Santo Agostinho, Spinoza, Giordano Bruno, Berkeley, Kant ou Stuart Mill.

A morte de Joaquim de Carvalho em 1957 coarctou quaisquer planos para a tradução integral da *Ética*. Mas a relevância de haver palavras de Spinoza em português parecia já implantada na academia de língua portuguesa, em Portugal como no Brasil. O próprio Joaquim de Carvalho fizera um périplo pelo Brasil em 1953, havendo passado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde regeu alguns cursos, um deles (proferido na Universidade de São Paulo) sobre a filosofia de Spinoza¹⁸; e é também por esta altura que se iniciam os trabalhos académicos de Lívio Teixeira, um dos primeiros brasileiros a assumir a docência em filosofia na Universidade de São Paulo, cuja tese de livre docência versava precisamente sobre a filosofia do conhecimento de Spinoza. Talvez explorando essa circunstância, a editora Ediouro, do Rio de Janeiro, reimprime a tradução de Lívio

¹⁵ Espinosa, *Ética. Parte I*, trad. Joaquim de Carvalho, Atlântida, 1950 (2.ª edição: 1960).

¹⁶ Cf. Joaquim de Carvalho, “Carta a Alfredo Pimenta – 13/04/1928”, in Carvalho (2016), p. 96.

¹⁷ Cf. Carvalho (2015), p. 218.

¹⁸ Carvalho (2015), p. 339.

Xavier em 1957¹⁹, sendo curioso notar o imediato sucesso comprovado pelo facto de em 1963 ir já na sua 5.^a edição.

Tamanha confluência de spinozismo, sobretudo num eixo traçado entre São Paulo e Coimbra, explica o aparecimento quase simultâneo de duas traduções da *Ética*, após tantos séculos do silêncio de Spinoza em português, ao ponto de muitas vezes se não saber se a primeira terá sido a de Lívio Xavier ou a de Joaquim de Carvalho. Após a morte de Joaquim de Carvalho, dois dos seus discípulos, Joaquim Ferreira Gomes e António Simões, completam, a pedido da editora Atlântida e com a anuência de Sílvio Lima, a tradução das partes II a V da *Ética*, saindo as partes II-III em 1962 (logo após a 2.^a edição da tradução da parte I, em 1960) e as partes IV-V em 1965, altura em que a tradução de Lívio Xavier se aproxima da sua 6.^a edição.

A partir da segunda metade dos anos 60 do século XX, a entrada de Spinoza na língua portuguesa começa a consolidar-se. Lívio Teixeira, como corolário do seu estudo sistemático da filosofia de Spinoza, publica em 1966 a sua tradução do *TIE* sob o título *Tratado da Reforma da Inteligência*²⁰; e a editora Ediouro, confiando no sucesso da tradução da *Ética*, publica em 1968 a primeira tradução portuguesa do *Tratado Político*, da autoria de José Pérez²¹. Duas tendências desenham-se nestas empresas: uma primeira, a de verter para português textos de um Spinoza que se não restringe à *Ética*, mas que pelo contrário tem todo um *corpus* onde a *Ética* tem lugar central mas não único; e uma segunda, a de haver dois modos de traduzir Spinoza consoante o público a que se destina, ora num meio académico em que a tradução se insere num diálogo permanente com uma comunidade de intérpretes, ora num meio editorial mais amplo em que a tradução não requer uma intimidade com o spinozismo nem com a língua originária em que os seus textos foram escritos.

Os anos 70 comprovam estas tendências. Em Portugal, duas editoras distintas replicam as tentativas ensaiadas no Brasil. Em 1970, a editorial Estampa publica a tradução do *Tratado Político* por Manuel de Castro, poeta e tradutor com conhecimentos de latim embora sem interesse cognoscível nos aspectos técnicos dos textos de Spinoza²²; e no ano seguinte, a editora Horizonte publica uma nova tradução do *TIE*, desta vez por António

¹⁹ Spinoza, *Ética*, trad. Lívio Xavier, Rio de Janeiro, Ediouro/Tecnoprint, 1957.

²⁰ Espinosa, *Tratado da Reforma da Inteligência*, trad. Lívio Teixeira, São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1966.

²¹ Espinosa, *Tratado Político*, trad. José Pérez, Rio de Janeiro, Ediouro/Tecnoprint, 1968.

²² Espinosa, *Tratado Político*, trad. Manuel de Castro, Lisboa, Ed. Estampa, 1970 (2.^a ed: 1977).

Borges Coelho, historiador interessado na questão das origens dos antepassados de Spinoza, com o título *Tratado sobre a reforma do entendimento*²³. No Brasil, porém, a disponibilização dos materiais spinozanos em português segue de um crescente interesse académico que se comprova com a publicação, em 1972, de um conjunto de textos de Spinoza seleccionados por Marilena Chaui para a coleção Os Pensadores. Aí se incluem as traduções dos *CM* e de algumas cartas pela própria Marilena Chaui, assim como uma nova tradução do *TIE* por parte de Carlos Lopes de Mattos, e a reimpressão das traduções da *Ética* e do *Tratado Político* remontando a Joaquim de Carvalho e a Manuel de Castro.²⁴

A explosão dos estudos spinozistas ocorrida na Europa central a partir de finais dos anos 60, sobretudo a partir do estabelecimento francófono do eixo Spinoza-Marx emergindo do círculo de discípulos de Louis Althusser, demora a chegar à língua portuguesa. Mas eventualmente chega, sobretudo nos anos 80. No Brasil, a reboque da acção de Marilena Chaui, consoante o demonstram as subsequentes gerações de spinozistas brasileiros que vão buscar ao seu magistério a inspiração; e em Portugal, com a preparação de teses de doutoramento menos interessadas no aspecto histórico envolvendo a personagem Spinoza e mais no que os seus textos filosóficos têm a dizer, da autoria de académicos como Luís Machado de Abreu, Maria Luísa Ribeiro Ferreira e Diogo Pires Aurélio. Este reavivar do spinozismo tem consequências ao nível da produção de traduções. Desde logo, com a reedição em 1979 do volume da coleção Os Pensadores, a qual norteará durante vários anos o acesso aos textos de Spinoza em português; e, sobretudo, com a tradução por Diogo Pires Aurélio, como consequência da preparação do seu relatório de mestrado na Universidade Nova de Lisboa, do *Tratado Teológico-Político*, em 1988²⁵. Aliás, os anos de 1987 e 1988 marcam duas novidades na apresentação de Spinoza em português: por um lado, Abílio Queiroz publica uma nova tradução do *TIE*, com o título *Tratado da Reforma do Entendimento*²⁶, numa edição bilingue em latim e em português, como que a sublinhar a necessidade de um texto filosófico desta índole dever ser confrontado com a língua em que foi originariamente escrito, não só para deixar ao leitor a

²³ Espinosa, *Tratado sobre a reforma do entendimento*, trad. António Borges Coelho, Lisboa, Livros Horizonte, 1971.

²⁴ *Pensamentos metafísicos, Tratado da correção do intelecto, Ética, Tratado político, Correspondência* [cartas 2, 4, 9, 10, 12, 21, 32, 34, 35, 36, 50], selecção de textos de Marilena de Souza Chaui, trads. Marilena de Souza Chaui et al., São Paulo, Abril Cultural, 1972 (Os Pensadores).

²⁵ Baruch de Espinosa, *Tratado Teológico-Político*, trad., intro. e notas de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

²⁶ Espinosa, *Tratado da Reforma do Entendimento*, trad. Abílio Queiroz, Lisboa, Edições 70, 1987.

avaliação da qualidade da tradução mas também para deixá-lo supri-la em caso de insuficiências do tradutor; e, por outro lado, a tradução do *Tratado Teológico-Político* de Diogo Pires Aurélio vem acompanhada de uma extensa introdução (que por si só valeria como tese de mestrado e que o autor, décadas passadas, reconhece como ainda válida ao ponto de republicá-la numa colectânea de ensaios)²⁷ e de notas explicativas não apenas das opções técnicas da tradução mas também das opções científicas impostas por debates académicos. Dir-se-ia com estas publicações que Spinoza é já levado a sério na sua expressão em língua portuguesa.

Contudo, essa seriedade não se manifesta em novas traduções nos anos 90. A Editora Ícone, sediada em São Paulo, procurando integrar Spinoza numa sua coleção sobre Os Fundamentos de Direito, encomenda a Norberto de Paula Lima uma tradução do *Tratado Político*²⁸, claramente dirigida a um público pouco ou nada familiarizado com o trabalho académico que vai sendo desenvolvido sobre Spinoza. Com o encerramento da editora Atlântida, a nova editora Relógio d'Água, dirigida por Francisco Vale, compra os direitos da anterior tradução colectiva da *Ética* e publica-a em Portugal pela primeira vez como obra integral em 1992.²⁹ Será apenas na viragem do século que a expressão de Spinoza em português terá novos desenvolvimentos.

Na Universidade de São Paulo, o final dos anos 90 verá quer a formação do Grupo de Estudos Espinosistas, cujos membros terão mais tarde uma intensa actividade de tradução, quer o culminar do primeiro volume de *A Nervura do Real*³⁰, obra de Marilena Chaiui que operará como enquadramento da linha interpretativa por que poderão seguir os estudos spinozistas subsequentes em língua portuguesa. Daí empreender-se nessa data o projecto de nova tradução da *Ética* que opere como alternativa actualizada na comunidade spinozista às traduções de Lívio Xavier e do trio Joaquim de Carvalho-Joaquim Ferreira Gomes-António Simões, fazendo tábua rasa de uma tradução entretanto saída e pouco fidedigna, destinada a um público mais geral, da autoria de Jean Melville³¹. Mas é sobretudo a Diogo Pires Aurélio que se volta a dever um retorno de Spinoza à língua portuguesa dentro de um contexto que se categoriza como spinozista e académico. A partir de 2002, na preparação de uma 3.ª edição do *Tratado Teológico-Político*, como que renega a sua

²⁷ Aurélio (2014), pp. 77-221.

²⁸ Espinosa, *Tratado Político*, trad. Norberto de Paula Lima, São Paulo, Editora Ícone, 1994.

²⁹ Bento de Espinosa, *Ética*, Lisboa, Relógio d'Água, 1992.

³⁰ Chaiui (1999).

³¹ Espinosa, *Ética*, intro. Huberto Rohden, trad. Jean Melville, São Paulo, Martin Claret, 2002.

primeira tradução de 1988 e reelabora toda a versão portuguesa, frase a frase, num palimpsesto completo ao qual se pode chamar de nova tradução que sairá em 2004;³² e, quatro anos passados, publica a sua própria versão do *Tratado Político*, seguindo métodos e técnicas já empregados na sua segunda tradução do *TTP*.³³

Desde essa data até ao presente, o remanescente da obra de Spinoza vai encontrando o seu espaço na língua portuguesa, ainda no seguimento das suas tendências iniciais. Continuam a ser publicados textos destinados em especial ao público não especializado, embora em menor número e justificando-se tão-só na necessidade de suprir o que ainda não houvesse sido publicado – é o que ocorre com a pretensão da editora Perspectiva de publicar a obra completa de Spinoza em quatro volumes, com traduções de J. Guinsburg, Newton Cunha e Roberto Romano, autores sem passado académico na comunidade de estudiosos de Spinoza.³⁴ A tendência mais comum, porém, é a de publicar Spinoza em português no seguimento de diálogos empreendidos em estudos críticos, mormente contrapondo as opções de tradução ao texto original latino consoante foi publicado na edição crítica mais citada, a de Gebhardt. É o que ocorre com a primeira edição da tradução da *Ética* desenvolvida por Tomaz Tadeu, em 2007³⁵; com a tradução dos *PPC* e dos *CM*, por parte de Homero Santiago e Luís César Guimarães Oliva, de 2015³⁶; e com a tradução da *Ética* por parte do Grupo de Estudos Espinosanos, coordenada por Marilena Chaui, por fim publicada em 2015³⁷. A mesma opção não terá sido seguida no caso da publicação pela editora Autêntica do *KV* em português, por Emanuel Ângelo da

³² Baruch de Espinosa, *Tratado Teológico-Político*, trad., intro. e notas de Diogo Pires Aurélio, 3.^a ed. integralmente revista, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. O facto de a tradução de 2004 ser uma outra tradução e não a mera actualização da versão de 1988 tem causado algumas dificuldades nos estudos spinozistas de língua portuguesa, dado que a impressão do *Tratado Teológico-Político* na editora Martins Fontes, em São Paulo, datada de 2003 e reeditada em 2008, corresponde em traços gerais ainda à versão de 1988; a tradução de 2004 não foi ainda difundida no mercado brasileiro. Para aumentar ainda a confusão, a versão de 2004 é acompanhada de um prefácio que não existia na versão de 1988 e que reproduz o prefácio da versão brasileira de 2003.

³³ Espinosa, *Tratado Político*, trad., intro. e notas de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

³⁴ Spinoza, *Obra Completa*, trad. Jacó Guinsburg, Newton Cunha, Roberto Romano, 4 vols., São Paulo, Perspectiva, 2014.

³⁵ Spinoza, *Ética*, trad. Tomaz Tadeu, Belo Horizonte, Autêntica, 2007. A 2.^a edição, de 2009, consiste no mesmo texto, embora não já em versão bilingue.

³⁶ Espinosa, *Princípios da Filosofia Cartesiana e Pensamentos Metafísicos*, trad. Homero Santiago e Luís César Guimarães Oliva, Belo Horizonte, Autêntica, 2015.

³⁷ Bento de Espinosa, *Ética*, trad. Grupo de Estudos Espinosanos, coord. Marilena Chaui, São Paulo, EdUsp, 2015.

Rocha Fragoso e Luís César Guimarães Oliva³⁸, presume-se, apenas por o texto original haver sido redigido em neerlandês seiscentista, língua vedada à grande maioria de spinozistas de língua portuguesa, dado que quanto ao resto ocorre aí um trabalho de coerência conceptual com o restante *opus* spinozano.

3. A tradução portuguesa da palavra de Spinoza como a palavra de Spinoza em português

Em comparação com outros filósofos, entre os quais se destacará Leibniz, por exemplo, dificilmente se poderá dizer que Spinoza haja sido um autor prolífico. As *Opera posthuma*, que com uma ou outra exceção³⁹ reúnem a completude dos trabalhos escritos de Spinoza, não são tão copiosas que não possam ser publicadas e traduzidas com relativa facilidade. Que o aparecimento de todas essas obras em português seja um fenómeno tão recente explica-se apenas por o interesse na tradução ser uma consequência razoável do desenvolvimento dos trabalhos académicos no âmbito do spinozismo. Por spinozismo, neste contexto, entende-se não a mera curiosidade no que um filósofo como Spinoza tenha a dizer numa qualquer das suas obras, mas sobretudo o movimento de reposição do sentido dos seus textos segundo parâmetros derivando tanto da sua leitura e do seu confronto quanto das circunstâncias intelectuais donde eles se originaram e que permitem identificar o significado de conceitos neles expostos. Não há portanto que temer distinguir, mais do que entre más e boas traduções, entre traduções fora e dentro do spinozismo.

O desafio em qualquer um dos casos é o de fazer a palavra de Spinoza em latim ou em neerlandês tornar-se portuguesa. Nas traduções fora do spinozismo, a mestria consistirá em auxiliar qualquer leitor a suspender a descrença, nas célebres palavras de Coleridge, no facto de Spinoza não haver escrito em português – mas porque “qualquer leitor” incluirá também um leitor familiarizado com os textos latinos de Spinoza, essa tarefa dificilmente é conseguida. Nas traduções dentro do spinozismo, porém, o desafio é ainda mais exigente, dado que o rigor científico em jogo requer uma interpretação mínima não apenas das palavras no texto mas também dos conceitos do sistema filosófico dos quais essas palavras são elas próprias tradução. O risco de erro é aqui elevado, uma vez que tende a esbater-se

³⁸ Baruch de Espinosa, *Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar*, trad. Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso e Luís César Guimarães Oliva, Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

³⁹ V. por exemplo Offenberg (1977).

assim a diferença entre a fidelidade ao texto filosófico e o sistema enquanto construção dos seus intérpretes.

Esta dificuldade não é de somenos porque força o pretenso tradutor de Spinoza em língua portuguesa a tomar opções metodológicas a montante que influenciarão os contornos do texto traduzido a jusante, sobretudo perante circunstâncias que lhe parecerão de conflito insanável entre a fidelidade ao texto e a fidelidade ao sistema filosófico. Enquanto um apego ao texto latino será crítico em relação à excessiva liberdade dos tradutores⁴⁰, um apego a uma interpretação do sistema acusará as traduções mais literais de pouco corajosas⁴¹. Decerto uma maior literalidade mais dificilmente incorre em erro, dado que uma tradução mais livre pode operar como uma dupla traição ao texto: trai a palavra no texto e trai o sistema se a interpretação não estiver correcta.⁴² A proximidade do português ao latim, assim como do próprio Spinoza ao judaico-português, permite porém que uma tentativa de escrever no interior do português o que Spinoza verdadeiramente escreveu (sobretudo) em latim possa encontrar a virtude da tradução num eventual equilíbrio entre os dois extremos. Mas mesmo uma tal opção não estabelece linhas orientadoras uniformes. Atente-se por exemplo na distinção entre as opções tomadas nas traduções de Diogo Pires Aurélio e nas traduções do Grupo de Estudos Espinosanos de São Paulo ou dos seus membros. Enquanto as primeiras procuram dar a ler Spinoza em português ao leitor hodierno numa linguagem acessível a este, sem sacrificar ao máximo a fidelidade ao texto⁴³, as segundas preferem trabalhar de mais perto com o latim seiscentista de Spinoza fazendo o texto soar datado⁴⁴. Ao contrário do que sucede noutras idiomas, a

⁴⁰ V., por exemplo, a justificação de Luís César Guimarães Oliva quanto à necessidade de suprir as lacunas das traduções da *Ética* de Lívio Xavier e do trio Joaquim de Carvalho-Joaquim Ferreira Gomes-António Simões, na sua introdução a *Ética*, trad. Grupo de Estudos Espinosanos, 2015.

⁴¹ V. Francès (1951).

⁴² Dois exemplos bastarão. Atente-se em primeiro lugar na tradução portuguesa de Joaquim Ferreira Gomes de *EII Def II*: “pertence à essência de uma coisa aquilo que, sendo dado, faz necessariamente com que a coisa exista” (quo dato res necessario ponitur, & quo sublatores necessário tollitur; vel id, sine quo res, & vice versa...). Ora, se nas coisas singulares nada há na sua natureza que “faça necessariamente com que elas existam”, dir-se-ia que elas não têm afinal essências, não sendo, o que tornaria esta definição um absurdo. Em segundo lugar, baste que se atente na seguinte tradução do título do *TP*: Spinoza, *Traité de l'autorité politique*, trad. Madeleine Francès, Paris, Gallimard, 1978.

⁴³ V. Diogo Pires Aurélio, “Introdução”, in Espinosa, *Tratado Teológico-Político*, 2004, pp. 113-116; Idem, “Introdução”, in Espinosa, *Tratado Político*, 2008, pp. 58-59.

⁴⁴ V. Homero Santiago, “Apresentação”, in Espinosa, *Princípios da Filosofia Cartesiana e Pensamentos Metafísicos*, 2015, pp. 15-16; Luís César Guimarães Oliva, “Introdução.

literalidade em português não corre tanto risco de se afastar das implicações do sistema, e portanto ambos os métodos parecem igualmente legítimos.

Não obstante, independentemente do que se entende por “fidelidade ao texto” (se frases longas em latim devem ser encurtadas em português; se o uso excessivo de vírgulas em latim deve ser mantido; se devem ser adicionados parágrafos onde o texto latino se estica por muitas páginas; se a organização sintáctica das frases latinas deve ser preservada em português ou reordenada segundo o modelo linguístico preferido do leitor; se o vernáculo deve soar seiscentista ou hodierno; *etc.*), qualquer linha orientadora de uma tradução não pode estar isenta de uma avaliação à luz de interpretações do sistema spinozano. Quer o texto soe mais a um spinozismo expressado pelo próprio Spinoza, quer o texto soe mais a um Spinoza colocado num mundo possível em que haja escrito em português, o texto traduzido só o é verdadeiramente se der corpo ao texto original e ao sistema nele expressado. Isto é um lugar-comum para qualquer tradução, mas que se torna uma exigência forte a favor do rigor conceptual.

Sucede que uma das tarefas mais difíceis no interior do spinozismo é precisamente a de delimitar com exactidão o conteúdo dos principais conceitos-chave que suportam o sistema. Há vários motivos para esta dificuldade. Desde logo, a especificidade do uso spinozano do latim, que muitas vezes é acusada de uma “penúria de palavras”⁴⁵, restringe o elenco disponível de associação de certos termos a certas ideias ao ponto de se não perceber amiúde se um conceito se repete ao longo dos textos porque Spinoza assim o quis ou porque não conhecia os lexemas latinos mais adequados para o especificar.⁴⁶ Em segundo lugar, as obras que compõem as *Opera postuma* não têm todas o mesmo fim nem o mesmo grupo de destinatários apesar de expressarem pretensamente um mesmo sistema, o que indica a possibilidade de as linhas orientadoras de traduções do *TTP* não coincidirem necessariamente com as da *Ética*, por exemplo. Em terceiro lugar, os termos escolhidos por Spinoza para figurarem um determinado conceito não deixam de estar em relação com um determinado universo do discurso no qual o texto participa de um diálogo – é neste âmbito

Um Trabalho Espinosano”, in Espinosa, *Ética*, trad. Grupo de Estudos Espinosanos, 2015, pp. 19-33.

⁴⁵ Akkerman (1989).

⁴⁶ A título de exemplo, a palavra *coactus*, como bem o demonstra Pascal Sévérac (2005, p. 60), surge na parte I da *Ética* simplesmente para distinguir no plano metafísico entre modos finitos e Deus. Não obstante, o mesmo termo repete-se nas restantes partes da *Ética* com um sentido pejorativo, servindo aí sobretudo para sublinhar a dimensão da passividade própria a um comportamento humano.

que é razoável a tese de uma “reserva cultural”⁴⁷ segundo o qual um termo se reveste de uma determinada conotação, de um horizonte de sentido que leva o falante a referi-lo a uma tradição específica. Por fim, o método spinozano de filosofar prossegue das coisas e não da linguagem, ao ponto de usar termos cujo significado atribuído não se coaduna com o da linguagem corrente, num processo que categorizei alhures como de “endoreconstrução semântica”⁴⁸. Consoante explica,

Sei que no seu uso comum estes nomes significam outra coisa. Mas o meu intuito não é o de explicar o significado das palavras, senão a natureza das coisas, e indicá-las com aqueles vocábulos cujo significado usual não se oponha inteiramente àquele que pretendo empregar.⁴⁹

Spinoza reconhece assim que (i) toma as palavras no seu sentido mais usual, (ii) propõe-se distorcer parcialmente o seu significado, e (iii) por esse meio indica a natureza das coisas. Isto indica que a sua linha discursiva assume como válida a reserva cultural apenas para modificá-la, e isto provoca um duplo desafio ao tradutor: por um lado, o de procurar vocábulos na língua de chegada que se aproximem do uso comum seiscentista mas que sejam amplos o suficiente para admitirem a reconstrução semântica de Spinoza; e, por outro lado, o de assumir que a reserva cultural seiscentista não corresponde de todo à reserva cultural hodierna, havendo conceitos-chave em filosofia que se modificaram ao ponto da deturpação do original, num léxico em construção. Apenas no respeitante ao modo de pensar a política, *respublica* em Spinoza não será então o mesmo que *respublica* para a tradição jurídica seiscentista, assim como decreto não será a república como a pensamos hoje; a *societas civilis* em Spinoza não será decreto a mesma que em Hobbes e decreto não a sociedade civil como a concebemos numa linguagem pós-hegeliana; a *urbs* em Spinoza decreto não será a mesma povoação descrita por Tácito, tampouco o que hoje entendemos por urbe. E este desafio estende-se por todos os conceitos-chave do *corpus* spinozano.

Assim, se um termo assume mais do que um significado ao longo de um texto, continuará a ser legítima a consistência da tradução desse termo? Se um termo surge num texto sem se poder desligar do contexto em que se insere e dentro do qual é modificado, poderá a sua tradução desligar-se desse jogo de remissões sem perder fidedignidade? A resposta a tamanha dificuldade não pode consistir numa tradução sem notas explicativas

⁴⁷ Lagrée e Moreau (2000).

⁴⁸ Campos (2012), pp. 2-5. Para descrever o mesmo fenómeno, Manfred Walther (1985) usa a expressão “revolução semântica”; e André Tosel (1984, p. 55) “operação do *sive*”.

⁴⁹ “Haec nomina ex communi usu aliud significa rescio. Sed meum institutum non est, verborum significationem, sed rerum naturam explicare, eas que iis vocabuli sindicare, quorum significatio, quam exusu habent, a significatione, qua eademusurpare volo, non omnino abhorret”: EIII DefAff 20 Expl, G II, p. 195.

com o intuito de dar a conhecer um autor com tantas interpretações explicativas, dado que a própria tradução torna-se assim uma interpretação pouco explicativa; mas também se não pode reduzir a uma relação com notas copiosas, dado que dessa maneira se reduzirá a tradução a uma mera justificação da interpretação. Todos os grandes conceitos spinozanos suscitam esse problema: o trio *mens-anima-spiritus*; a diferença entre *patire* e *coactus*; o par *sive-sen*; o binómio *potentia-potestas*; as expressões *essubspecie* ou *Deus quatenus*; o jogo entre *affectio* e *affectus* ou entre *actus* e *actio*; o objecto de *quantum in se est*; os políticos *imperium* ou *sui juris*.

Talvez o mais adequado exemplo seja o de *conatus*. A submissão a um literalismo – em que *conatus* se torna num insípido *esforço* – condena o latim de Spinoza a viver pobemente numa penúria que não mais é vocabular, mas também metafísica. Porém a tentação de evidenciar no texto traduzido não o que pode ser lido mas o que deve ser lido, martelando um pensamento que não está no original, dá-se mais como interpretação do que como tradução – é o que ocorre quando se tenta traduzir *conatus* por “força produtiva”⁵⁰.

Em tal caso, não há posição intermédia na tradução que seja capaz de pôr Spinoza a falar português no interior do seu sistema de filosofia. A doutrina do *conatus* é elaborada por Spinoza num contexto de uso cartesiano e hobbesiano, ora enquanto perseverança num estado, ora enquanto perseverança num estado próprio do humano. E as primeiras obras de Spinoza fazem uso desses significados. Apenas a partir da *Ética* o conceito adquire uma carga metafísica própria do essencialismo dos modos finitos. Aí, ele não é já enquadrado por uma pura ontologia ao jeito do *Tratado Breve*, não é reservado a uma função reguladora num universo físico de determinações ao jeito cartesiano, não é arremetido como atributo divino ao jeito quasi-teológico dos *CM*, nem é irmanado à face, de base ontológica e de incidência física, do direito natural ao jeito hobbesiano adaptado ao spinozismo do *TTP*. O *conatus* da *Ética* é sobretudo o eixo central de uma moldura ontológica das coisas em acto que, por isso mesmo, permuta sem obstáculos por todas as áreas da ciência lidando com o mundo das coisas em acto, como a física e o direito – é o primeiro que tudo um conceito metafísico da singularidade.⁵¹

Por isso mesmo, não há que temer assumir que algo no texto filosófico de Spinoza é intraduzível. Podem ser gastas páginas discutindo se *mens* pode ser traduzido por alma, se suportar alguma coisa é o mesmo que padecer, se *subspecie* tem um significado técnico, se *quantum in se est* pode ser remetido para um contexto cartesiano ou se diz respeito apenas à substância, *etc.* Em última análise, a especificidade da endoreconstrução semântica em

⁵⁰ Cf. Tosal(1984), p. 99, que remonta esta sua preferência a António Negri.

⁵¹ Para mais desenvolvimentos, v. Campos (2010), p. 221-240.

Spinoza torna insuperável qualquer ligação entre a língua de partida, já de si propositadamente inexata, e a língua de chegada. É isso o que ocorre com o conceito de *conatus*, que aliás é assim referido por todos os spinozistas, mesmo por aqueles que traduzem Spinoza. E assim também deverá ocorrer com conceitos de carga similar.⁵² A *intradutibilidade* é a assunção do caráter técnico em que os vocábulos se conectam ao significado emergindo do sistema spinozano. Não é uma traição à tradução ou uma isenção de adentrar nas dificuldades. É uma fidelidade ao texto filosófico. Spinoza fala português, por vezes, quando fala em latim.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Luís Machado de. “A recepção de Spinoza em Portugal”. In Luís Machado de Abreu (coord.), *Sob o olhar de Spinoza*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1999, pp. 67-78.
- Akkerman, Fokke. “La pénurie de mots de Spinoza”, trad. A. van Lindt e Jacqueline Lagrée, *Travaux et Documents. Groupe de recherches spinozistes*, vol. I, Paris, Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 1989, pp. 9-37.
- Aurélio, Diogo Pires. *O Mais Natural dos Regimes. Espinosa e a Democracia*. Lisboa, Temas e Debates, 2014.
- Barbalho, Alexandre. *Lívio Xavier – Política e Cultura*. Ceará, A Casa, 2003.
- Campos, André Santos. *Jus sive Potentia. Direito Natural e Individuação em Spinoza*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010.
- Campos, André Santos. *Spinoza's Revolutions in Natural Law*. Basingstoke, Palgrave MacMillan, 2012.
- Carvalho, Joaquim de. “Sobre o lugar de origem dos antepassados de Baruch de Espinosa”, *Revista da Universidade de Coimbra* XI (1930); reimpr. em *Obra Completa. I – Filosofia e História da Filosofia 1939-1955*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 367-401.
- Carvalho, Paulo Archerde. *Uma Autobiografia da Razão. A Matriz Filosófica da Historiografia da Cultura de Joaquim de Carvalho*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

⁵² A tese da *intradutibilidade* não é original. Neste sentido, quanto a *imperium*, v. Moreau (1985); e, quanto a *sui juris*, Campos (2010), p. 386-387.

Carvalho, Paulo Archerde (ed.). *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta. 1922-36.* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

Chauí, Marilena de Souza. *A Nervura do Real. Imanência e Liberdade em Espinosa.* Vol. I (com volume complementar: notas, bibliografia e índices), São Paulo, Campo das Letras, 1999.

Chevalier, Jean-Jacques. *Histoire de la pensée.* Paris, Flammarion, vol. 3, 1961.

Copleston, Frederick Charles. *A History of Philosophy*, vol. IV, *Descartes to Leibniz*. New Jersey, Paulist Press, 1958.

Espinosa. *Ética. Parte I.* Trad. Joaquim de Carvalho, Atlântida, 1950.

Espinosa. *Tratado da Reforma da Inteligência.* Trad. Lívio Teixeira, São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1966.

Espinosa. *Tratado Político.* Trad. José Pérez, Rio de Janeiro, Ediouro/Tecnoprint, 1968.

Espinosa. *Tratado Político.* Trad. Manuel de Castro, Lisboa, Ed. Estampa, 1970 (2.ª ed: 1977).

Espinosa. *Tratado sobre a reforma do entendimento.* Trad. António Borges Coelho, Lisboa, Livros Horizonte, 1971.

Pensamentos metafísicos, Tratado da correção do intelecto, Ética, Tratado político, Correspondência [cartas 2, 4, 9, 10, 12, 21, 32, 34, 35, 36, 50], selecção de textos de Marilena de Souza Chauí, trads. Marilena de Souza Chauí et al., São Paulo, Abril Cultural, 1972 (Os Pensadores) (2.ª ed. 1979).

Espinosa. *Tratado da Reforma do Entendimento.* Trad. Abílio Queiroz, Lisboa, Edições 70, 1987.

Espinosa. *Tratado Político.* Trad. Norberto de Paula Lima, São Paulo, Editora Ícone, 1994.

Espinosa. *Ética.* Intro. Huberto Rohden, trad. Jean Melville, São Paulo, Martin Claret, 2002.

Espinosa. *Tratado Político.* Trad., intro. e notas de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

Espinosa. *Princípios da Filosofia Cartesiana e Pensamentos Metafísicos.* Trad. Homero Santiago e Luís César Guimarães Oliva, Belo Horizonte, Autêntica, 2015.

Espinosa, Baruch de. *Tratado Teológico-Político.* Trad., intro. e notas de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

- Espinosa, Baruch de. *Tratado Teológico-Político*. Trad., intro. e notas de Diogo Pires Aurélio, 3.^a ed. integralmente revista, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- Espinosa, Baruch de. *Brere tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar*. Trad. Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso e Luís César Guimarães Oliva, Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- Espinosa, Bento de. *Ética*. Trad. Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, António Simões, Lisboa, Relógio d'Água, 1992.
- Espinosa, Bento de. *Ética*. Trad. Grupo de Estudos Espinosanos, coord. Marilena Chauí, São Paulo, EdUsp, 2015.
- Fortes, Manuel de Azevedo. *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*. Lisboa, s/n, 1744.
- Francès, Madeleine. “Les réminiscences spinozistes dans le ‘contrat social’ de Rousseau”, *Revue philosophique de la France et de l'étranger* 141(3) (1951): 61-84.
- Gebhardt, Carl. “Der Name Spinoza”, *Chronicon Spinozanum* 1 (1921): 272-276.
- Goldstein, Rebecca. *Betraying Spinoza. The Renegade Jew Who Gave Us Modernity*. New York, Schocken Books, 2006.
- Inventaire des biens et meubles délaissés par feu le Seigneur Bénédict de Spinoza*, 2003), La Revue des Ressources W2 beta 1, Bibliothèques Littéraires, http://www.larevuedesressources.org/IMG/_article_PDF/article_83.pdf
- Lagrée, Jacqueline / Moreau, Pierre-François Moreau. “Spinoza ou la puissance de la traduction”, in Jacques Moutaux e Olivier Bloch (orgs.), *Traduire les Philosophes*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2000, pp. 377-391.
- Levy, Ze’ev. “The Problem of Normativity in Spinoza’s *Hebrew Grammar*”, *Studia Spinozana* 3, Alling, Walther & Walther Verlag (1985): 351-390.
- Macedo, José Agostinho de. *O homem ou os limites da razão*. Lisboa, Na Impressão Régia, 1815.
- Mayne, José. *Dissertação sobre a Alma Racional*. Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1778.
- Nadler, Steven. *Spinoza. A Life*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- Offenberg, A.K. “Letter from Spinoza to Lodewijk Meyer, 26 July 1663”, *Speculum Spinozanum 1677-1977*, ed. Siegried Hessing, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1977.

- Parkinson, G.H.R. "Spinoza: metaphysics and knowledge". In G.H.R. Parkinson (ed.), *The Renaissance and Seventeenth-century Rationalism*. London, The Routledge History of Philosophy vol. IV, 1993, 273-312.
- Roselly de Lorgues, Conde. *Jesus Christo perante o século, ou Novos testemunhos das sciencias em abono do catholicismo, annotada por Camilo Castelo Branco*. Porto, F. G. da Fonseca, 1852.
- Seeligmann, Sigmund. "Spinoza Amstelodamensis", *Maadblad Amstelodamum* 20 (1933): 17-20.
- Sévérac, Pascal. *Ledereniractifchez Spinoza*. Paris, Honoré Champion, 2005.
- Silva, Agostinho da. "Um modo de entender Portugal". In *A Identidade Portuguesa – Cumprir Portugal*. Lisboa, Instituto D. João de Castro, 1988.
- Silva, Inocêncio Francisco da. "Bento de Spinoza", *Annuário do ArchivoPittoresco* XI, 1868.
- Spinoza. *Oeuvrescomplètes de B. de Spinoza*. Trad.J.-G. Prat, Paris, Librarie de L. Hachette, 3 vols, 1863.
- Spinoza. *Éthique*.Trad. Henri de Boulainvilliers, Paris, Librarie Armand Collin, 1907.
- Spinoza. *Éthique*.Trad. Raoul Lantzenberg, Paris, Ernest Flammarion, 1907.
- Spinoza. *Opera quotquotrepertasunt*, ed. J. Van Vloten e J.P.N., Den Haag, MartinusNijhoff, 1914³.
- Spinoza. *Ethica*. Trad. Lívio Xavier, Rio de Janeiro, Athena, s.d.
- Spinoza. *The Chief Works of Benedict de Spinoza*.Trad.R.H.W. Elwes, vol.I, New York, Dover, 1951.
- Spinoza. *Ética*. Trad. Lívio Xavier, Rio de Janeiro, Ediouro/Tecnoprint, 1957.
- Spinoza. *Traité de l'autorité politique*. Trad. Madeleine Francès, Paris, Gallimard, 1978.
- Spinoza. *Complete Works*. Trad. Samuel Shirley, Indianapolis, Hackett, 1998.
- Spinoza. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu, Belo Horizonte, Autêntica, 2007.
- Spinoza. *Obra Completa*. Trad. Jacó Guinsburg, Newton Cunha, Roberto Romano, 4 vols., São Paulo, Perspectiva, 2014.
- Tosel, André. *Spinoza ou le crépuscule de la servitude*. Paris, Aubier, 1984.
- Verney, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). In *Estudos Filosóficos*, vol. III, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1950.

Viana, Pedro de Amorim. *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*. Porto, F. G. da Fonseca, 1866.

Walther, Manfred. “Die Transformation des Naturrechts in der Rechtsphilosophie Spinozas”, *Studia Spinozana* 1, Alling, Walther & Walther Verlag, 1985, pp. 73-84.

Wolfson, Harry A. *The Philosophy of Spinoza. Unfolding the Latent Processes of His Reasoning*. 2 vols. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1934.

André Santos Campos

Research fellow at the Nova University of Lisbon. He is the author of *Jus sive Potentia* (CFUL, 2010), *Spinoza's Revolutions in Natural Law* (Palgrave, 2012), and the editor of *Spinoza: Basic Concepts* (Imprint Academic, 2016), and *Spinoza and Law* (Ashgate, 2014)

andrecampos@fcsh.unl.pt